



ARTIGOS

Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais

Philanthropic capitalism? – multiple roles of entrepreneurial's private apparatus of hegemony

Virgínia Fontes*

Resumo

Há filantropia no capitalismo – esse é um privilégio da desigualdade. Não existe capitalismo filantrópico. A ampliação do Estado a partir de entidades empresariais sem fins lucrativos – aparelhos privados de hegemonia – é positiva apenas para o capital, pois pavimenta seu avanço sobre os recursos públicos (educação, saúde, previdência). Marx e Gramsci oferecem base sólida para a análise da disseminação em grande escala dos procedimentos burgueses voltados para a ‘esterilização’ das lutas de classes e para o aumento da exploração da força de trabalho. Esta intervenção reúne alguns elementos de síntese sobre o significado das diversas gerações de entidades empresariais sem fins lucrativos no Brasil contemporâneo, e apresenta desafios de pesquisa que precisamos enfrentar.

Palavras-chave: capitalismo; aparelhos privados de hegemonia; dominação de classes; filantropia; história do Brasil recente.

Abstract

There is philanthropy in capitalism – this is a privilege of inequality. There is no philanthropic capitalism. The enlargement of the State due to the performance of non-profit entrepreneurial entities – private apparatuses of hegemony – is positive only for the capital, since it paves the way for its advance over public resources (education, healthcare, welfare). Marx and Gramsci offer a solid basis for the analysis of the large-scale dissemination of bourgeois procedures aimed at the ‘sterilization’ of class struggles and the increased exploitation of the labor force. This intervention brings together some elements of synthesis on the meaning of the various generations of non-profit entrepreneurial entities in contemporary Brazil, and presents research challenges that we need to face.

Keywords: capitalism; private apparatus of hegemony; class domination; philanthropy; recent Brazilian history.

* Professora da Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense-UFF e da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST. O presente texto é versão modificada de apresentação no X Simpósio Nacional Estado e Poder, cujo tema geral era *Estado Ampliado*, realizado na UFF, de 23 a 25/10/2018. Demais trabalhos da autora disponíveis em <www.grupodetrabalhoorientacao.com.br>.

Este artigo apresenta notas preliminares, resultantes de diversos anos de pesquisa sobre a expansão de aparelhos privados de hegemonia (APHs) empresariais no Brasil contemporâneo. Deve ser tomado como um trabalho ainda em elaboração, cuja exposição visa suscitar debates e *contribuir para pesquisas coletivas* sobre o tema. O/a leitor/a escusará a brevidade das referências bibliográficas, a serem oportunamente complementadas.

1. Não há capitalismo filantrópico

Há extensa bibliografia internacional que remete ao tema da filantropia, tratando sobretudo das fundações empresariais, mas também de *entidades*¹ sem fins lucrativos criadas e/ou mantidas por empresas e empresários. Na grande maioria, são obras destinadas a estimular ou a difundir práticas de através de doações “generosas” dos muito ricos, que supostamente assegurariam melhoras para a vida social. Nesses textos, o tom varia muito segundo os períodos nos quais foram escritos. A associatividade foi intensa desde a formação do capitalismo, mas a prática de tais fundações empresariais remonta aos primórdios do século XX, nos Estados Unidos, com o estabelecimento das Fundações Carnegie, Rockefeller e outras, sob forte denúncia popular e da imprensa contra as tentativas dos “barões ladrões” (*robber barons*) de ocultar sob o manto filantrópico as marcas de sua atuação predatória na vida social².

O senso comum absorve contraditoriamente tais práticas, pois elas sugerem que o excedente da riqueza dos excessivamente ricos poderia ser utilizado para melhorar a vida dos muito pobres ou para contribuir com a “coletividade” ou o “bem comum”. Em outros termos, a filantropia é um atributo de ricos que procuram justificar seu excesso de riqueza e legitimá-la.

O termo é utilizado com muita frequência nas obras em inglês e em francês (que também usam o termo *benevolat*). A mescla entre negócios e ‘filantropia’ é reforçada, por exemplo, em livro publicado em 1979, o qual sugere que “as corporações devem tornar sua filantropia profissional, se quiserem tornar seus negócios filantrópicos” (Koch, 1979; p. 12). O que seriam ‘negócios filantrópicos’? A resposta não é explícita, e sugere que apresentar-se como filantropia, ou como

¹ Destacamos, nessa primeira incidência, o uso do termo *entidades* ou *associações* para designar os aparelhos privados de hegemonia-APH, evitando excessiva repetição. Aparelho privado de hegemonia é a categoria teórica capaz de abranger a diversidade e as lutas sociais contidas na sociedade civil, espaço organizativo e de lutas de classes como será apresentado mais adiante. Essa opção terminológica visa também distinguir tais *associações/entidades* de *instituições* (públicas) ou de *organismos* nacionais ou internacionais, constituídos a partir de instituições públicas ou de representação de governos. Não é possível separar completamente APHs e instituições públicas, sendo a sociedade civil constitutiva do próprio Estado capitalista.

² Ver <<https://www.businessinsider.com/robber-barons-who-built-and-ruled-america-2017-7>>, acesso 15/08/2018

altruísmo, apesar de introduzir um elemento estranho aos negócios, permite impulsionar negócios e fortalecer empresas.

Texto recente publicado na França faz uma breve revisão histórica e sociológica do tema, agregando significativa bibliografia. Assinala a rápida expansão contemporânea de atividades empresariais de cunho filantrópico e analisa algumas de suas características. Considera que a filantropia nasce nos EUA de maneira diferente das formas históricas de caridade precedentes, pois assume precocemente o estatuto de investimento. Na atualidade, novas designações, apologéticas ou críticas, apresentam essas práticas como filantropia estratégica, *venture philanthropy* ou “filantropocapitalismo”. Apesar, entretanto, desse aspecto diretamente econômico, a filantropia teria outros elementos explicativos, de ordem política, simbólica e psicológica:

“(...) por suas ações, o filantropo pode, por exemplo, querer acumular prestígio, notoriedade ou influência, ganhar o respeito de seus concorrentes ou a consideração de seus próximos, mas também a convicção pessoal de merecer sua felicidade. Da mesma forma que o ‘dom arcaico’ estudado por Marcel Mauss, o dom filantrópico é um instrumento de dominação que instaura uma relação de dívida moral frente ao doador, paga pela coletividade por todos os tipos de retribuições simbólicas que aumentam o prestígio do doador (homenagens, convites, nomeações a cargos de poder, etc.)” (Depecker *et all*, 2018; p. 15-16 – tradução adicionada).

É interessante observar como a persistência do termo “filantropia”, renovada pela “filantropia empresarial”, demonstra o quanto perdura a suposição, de maneira aparente ou sub-reptícia, de que doações de recursos sejam equivalentes ao respeito, ou ao merecimento, ou ainda a uma generosidade desprovida de interesses, movida apenas por amor à humanidade. Não à toa o termo é recorrente. Ele é empregado de maneira difusa, mesmo entre os críticos dos procedimentos de tais doações empresariais, que continuam a utilizá-lo, como espécie de anteparo linguístico generoso e inclusivo, levando a destacar o aspecto da “doação” e deixando na sombra os demais aspectos envolvidos em tal “altruísmo”.

Nas condições históricas brasileiras, segundo os próprios defensores da “filantropia empresarial”, o uso empresarial contemporâneo é mais direto e, embora apele em sua argumentação para a generosidade, explícita que se trata de uma forma de investimento:

“O termo mais usado no Brasil é ‘investimento social’ ou ‘investimento social privado’ em vez de ‘filantropia’. Esse é o termo usado pelo GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, o principal órgão guarda-chuva para a filantropia institucional no Brasil) e seus

associados. Foi adotado na fundação do GIFE em 1995 para distinguir as atividades de seus membros daquelas da “filantropia”, que tinha conotações negativas no Brasil, sendo associada a iniciativas beneficentes mais tradicionais e muitas vezes estando contaminada por suspeitas de corrupção. O que significa “investimento social”? Enquanto alguns no Brasil associam o termo principalmente à filantropia corporativa, o próprio GIFE defende um significado mais inclusivo. Por sua vez, a Rede de Filantropia para a Justiça Social, uma rede de fundos de justiça social, quer recuperar o termo filantropia de maneira positiva, associando-o a doações e grantmaking (subsídios). Aqui usamos “filantropia” em um sentido amplo para incluir todos os tipos de doações/contribuições para causas sociais, desde doações feitas por indivíduos comuns até doações feitas por todos os tipos de instituições e investimentos de impacto” (Hartnell & Milner, 2018).

Utilizando como base os próprios documentos produzidos por representantes de grandes fortunas empresariais brasileiras, vale mencionar sua autoapresentação, que destaca a malha articulada de empresas, entidades sem fins lucrativos (fundacionais ou outras), políticas públicas e relações com os governos.

“Tomamos com frequência a experiência dos Estados Unidos como referencial filantrópico universal (...). No entanto, o desenvolvimento da *filantropia* no Brasil não seguiu os mesmos caminhos (...). Aqui, a contribuição de indivíduos para o *bem comum* – que ora ganha o nome de filantropia, ora assume o aspecto de *investimento social privado* – tem se manifestado de maneira descentralizada e assimétrica, mais orgânica e intuitiva, e vem se transformando ao longo do tempo. *A influência das famílias* que fizeram parte desse estudo *vai muito além de seus institutos e fundações, estendem-se aos negócios, às relações com governos e às interações com outras organizações da sociedade civil*. Isso amplia a responsabilidade com a dimensão pública – não apenas do seu trabalho, mas de suas vidas. E essas esferas não estão de forma alguma dissociadas, mas devem ser consideradas na sua integralidade” (Gerdau, 2015; p. 5 – itálicos adicionados).

Esta explicitação tanto do uso diversificado do termo, quanto de seu papel no conjunto da vida social – fundações, institutos, negócios, relações com governos – supostamente em prol do “bem comum” já deveria nos afastar da suposição de um “filantropocapitalismo”. O termo filantropia está na moda, mas nubla as questões envolvidas, exatamente por deixar à sombra as demais relações que tais “doadores” mantêm com as diversas instâncias de poder, os recursos públicos

com os quais se nutrem e, finalmente, porque tal termo enfatiza a atuação contemporânea das entidades como se fossem apenas “sem fins lucrativos”. Ora, há uma enorme quantidade e variedade de entidades associativas empresariais, sem fins lucrativos, porém voltadas diretamente para a defesa corporativa de empresas, corporações, empresários, setores de atividade, etc. Ademais, parcela expressiva desse empresariado se apresenta como “investimento social privado”.

Não é filantropia o que caracteriza o capitalismo contemporâneo e do qual o Brasil é um dos pontos de observação privilegiado. Há inúmeros estudos brasileiros sobre o avanço do capital aos recursos públicos (educação, saúde e especialmente a previdência) através de aparelhos privados de hegemonia, como “organizações sociais”. Não existe capitalismo filantrópico, como demonstra Medeiros (2013), em minuciosa análise na qual realiza a crítica ontológica do que se apresenta como eventuais surtos de altruísmo, mas cujo objetivo é sobretudo defender o capitalismo, malgrado o horror econômico e social que disseminam. Há filantropia no capitalismo – esse é um privilégio da desigualdade. Pode ser compreendido como uma espécie de elogio do vício (a produção de desigualdades) à virtude. Não existe capitalismo filantrópico.

Se a questão social – o aprofundamento das desigualdades decorrentes da expansão das relações sociais capitalistas – se agrava sem cessar, sua abordagem envolve sair resolutamente do terreno da suposição autodeclarada de que a filantropia capitalista, privada ou no formato estatal, possa contribuir para maior equanimidade no processo de reprodução do capital. Ao contrário, a filantropia é recorrentemente apresentada como “exemplo” “oferecido” pelos mais ricos, a ser seguido por todos os demais, para minorar a catástrofe social permanentemente recrudescida pelos mesmos capitalistas. Na atualidade, a questão social está acrescida da catástrofe ambiental, para a qual a convocação filantrópica voltou a atuar com redobrada intensidade.

A atuação empresarial *sem fins lucrativos*, que seria a característica mais propagandeada de tal filantropia, é filantrópica? Ou destina-se a assegurar posições sociais e situações lucrativas? A maioria desses APHs expressam disputas intraclasses dominantes em torno do direcionamento econômico, da definição de políticas públicas e da formação de seus quadros (“lideranças”). Surtos de APHs empresariais “altruístas” também ocorrem quando aumentam as reivindicações populares, visando enquadrá-las; quando agem em ataque concertado aos direitos sociais; ou, ainda, quando a atuação empresarial resulta em aumento brutal das desigualdades sociais, visando a conter as possibilidades de revolta.

2. Alguns temas para o capitalismo hoje

A ampliação do Estado não é necessariamente positiva. Pode-se resultar num crescimento da democracia, pois a expansão da sociedade civil corresponde

à implantação de casamatas, de trincheiras populares para além do espaço institucional do Estado restrito (as diversas unidades que configuram o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), a democracia não é seu corolário obrigatório. Ao contrário, a *sociedade civil empresarial*, expressão que recupero de René (Dreifuss, 1987, p. 489), pode bloquear – dentro e fora do Estado restrito – a participação das organizações das classes trabalhadoras.

Em função do volume de recursos, da sua maior capacidade de organização e de aglutinação, pois muitos se comportam como empresas, com *staff* e empregados remunerados, os APHs empresariais acedem mais facilmente a posições no Estado, inclusive modificando dispositivos legislativos, e dão caráter “estatal-legal” a certas elaborações que, voltadas para áreas particulares, corporativas (no sentido de responderem a alguns setores específicos), tornam-se imposições da generalização de tais interesses, como se fossem interesses de todos.

Não basta, entretanto tornar-se lei para que as conquistas, inclusive de setores das classes dominantes, sejam efetivadas ou perdurem. Como a competição intercapitalista prossegue malgrado a existência de monopólios, segmentos de frontam-se permanentemente dentro (e fora do) Estado a outros setores particulares oponentes, com interesses imediatos diversos, embora da mesma classe. Isso sem falar da atuação constante de outras classes sociais, cujas condições reais de existência impulsionam reivindicações de ordens variadas, gerando a constituição de suas próprias modalidades associativas.

Poulantzas (1981), que analisou com extrema argúcia os processos de conflitos e tensões no interior do Estado capitalista, pouco analisou os APHs, mas identificou os *deslocamentos* no interior do Estado, que modificam as relações de força para evitar ou impedir que determinados setores econômicos sejam alterados por processos eleitorais, ou que determinados setores populares consigam efetivamente implementar as leis que conquistaram. Tais deslocamentos no interior do Estado podem minimizar o alcance de conquistas populares ou, ao contrário, caso resultem de malhas empresariais suficientemente densas, podem impulsionar desde dentro e desde fora do Estado, para que rapidamente seus interesses sejam satisfeitos, e os efeitos legais se façam sentir.

Ele ainda relembra ser fundamental não perder de vista que o Estado é uma forma organizativa cuja *condição de existência é a reprodução das condições gerais da produção capitalista*. Portanto, sua própria organização interna replica, duplica, mimetiza as condições gerais nas quais o capitalismo opera, a começar pela distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual. Segundo Poulantzas, os funcionários públicos são a ponta visível do trabalho “intelectual” voltado para a *reprodução* das condições gerais da produção capitalista, mesmo quando atuam em funções subalternas ou em atividades que resultam de conquistas de trabalhadores, como as políticas sociais e a educação. O Estado não está infenso às inúmeras contradições e lutas que atravessam a vida social, quer elas se apre-

sentem através dos partidos políticos, de suas reivindicações e conquistas, ou através das tensões promovidas por lutas sociais diversas como, finalmente, por disputas internas aos próprios servidores públicos, cuja seleção e forma de atuação os desiguala fortemente segundo as funções exercidas, aproximando-os de interesses de classes diversos.

Aos temas fundamentais de Poulantzas é preciso acrescentar o papel da sociedade civil empresarial, cuja diversidade de atuação assegura intimidade “técnica” com legislativos e executivos, apoiando-se além disso em verdadeiras estruturas paralelas de formação (*think tanks*, mídia, editoras, etc.), em meios de comunicação e de convencimento que agem de inúmeras maneiras para disseminar formas de sociabilidade adequadas a seus interesses.

O Estado não é um sujeito – e, portanto, ainda que se apresente como uma “razão” própria e expressando vontades, está atravessado de contradições, condição para que possa, inclusive, aparecer como uma vontade “comum” numa sociedade profundamente dividida. Tampouco é uma coisa, ou um mero instrumento na mão de burguesias, mesmo se muito poderosas. As contradições existentes na sociedade capitalista são gigantescas, e atravessam toda e qualquer modalidade de organização, inclusive estatal. Isso pode não ser consolador, mas até mesmo a mais feroz ditadura apenas expressa de maneira imediata (e pouco elaborada) o enfrentamento brutal a tais contradições. Não consegue eliminá-las ou apagá-las, posto que as contradições se reconstituem exatamente pela necessidade de repor as divisões sociais, adequadas à reprodução da existência sob o capital, mas produtoras de tensões.

Essa é uma das razões pelas quais as análises gramscianas sobre sociedade civil insistem no papel que os APHs cumprem no interior do Estado e, de outro lado, exigem que as análises sobre o Estado não descurem das formas de luta e de organização na sociedade civil, sob pena de amputar a compreensão das formas de dominação e de seu enfrentamento. Mas o viés gramsciano também não deve afastar-se da análise das condições gerais do próprio processo de *produção* e reprodução (ampliada) do capital, que constitui o solo a partir do qual se ramificam os diversos interesses e a defesa de modos de ser (ou sociabilidades) que se complexificaram ao longo da história do capitalismo.

As questões referentes à hegemonia não são meramente culturais, embora incorporem o tema da sociabilidade de maneira consistente. Remetem às lutas constantes intra e entre classes sociais e aos momentos em que uma forma de dominação estabiliza (instavelmente) sua própria direção, com o assentimento (ou sob o silêncio) de grande parcela dos dominados. Essa estabilidade instável é a própria forma de ser da vida social sob o capital: a concorrência interna entre seus setores dominantes não se desfaz; e a própria expansão de uma certa forma de dominação, mesmo hegemônica, cria novas contradições e tensões (internas e externas aos âmbitos nacionais).

A compreensão das formas organizativas e da sociabilidade não deve afastar-se, portanto do chão concreto no qual subsistem as grandes massas populares, e das contradições geradas pela expansão do capital. Em traços curtíssimos, a escala crescente da retirada massiva de direitos das classes trabalhadoras somente foi possível, até aqui, pelo ingresso também massivo de novos trabalhadores resultante de processos múltiplos de expropriação, prosseguindo a que incide sobre os povos do campo em escala mundial, acrescida da retirada de direitos que eram vividos como se fosse propriedade das classes trabalhadoras. A constituição de uma classe trabalhadora em dimensões internacionais ainda não existe – as grandes maiorias estão encapsuladas nos espaços nacionais. Podemos falar de extensas *massas* de trabalhadores no âmbito internacional. A atuação do capital, tanto no sentido da exploração econômica direta, quanto nas diversas formas de convencimento através de APHs foi a de impor a tais trabalhadores uma situação de concorrência exasperada, naturalizando a redução de direitos, ainda que de maneira extremamente desigual segundo os países.

O capital passou a atravessar as fronteiras, com a liberação da circulação internacional de capitais, para explorar trabalhadores onde fosse mais conveniente. Promoveu uma enorme centralização e concentração da riqueza cuja contraface vem sendo a explosão de condições degradadas de existência para as grandes maiorias. De maneira concomitante, APHs empresariais se expandiram e se implantaram internacionalmente, agregando setores locais e internacionais.

No caso brasileiro, desde os anos 1950 aumentaram as levas sucessivas de gente do campo expropriada a povoar as cidades, onde só podiam sobreviver através da compra e venda da força de trabalho, sob quaisquer condições³. É como se a situação brasileira dos anos 1960/70, quando se inverte a estrutura demográfica e passa a haver mais pessoas nas cidades do que nos campos, com extensas massas trabalhando sem direitos, fosse agora a tendência geral da situação internacional⁴.

Esses enormes contingentes populacionais, por sua própria existência sob condições de dramática concorrência, contribuem para pressionar e reduzir à obediência e ao silêncio grandes parcelas de trabalhadores tradicionais, que ainda contam com direitos. Essa circunstância é aproveitada para a realização de expropriações de seus direitos que, intensificada por volta dos anos 1980, continua a se amplificar. O volume de tensões que tal precarização da existência gera e exacerba é alvo da atuação do grande capital através da exploração massiva de trabalhadores sem direitos, ao lado da frenética atividade de APHs empresariais objetivando o

³ O texto já clássico de Francisco de Oliveira (2003) apresenta de maneira límpida como não se trata de “massas marginais”, como supunha certa sociologia da época. Ao contrário, a existência de trabalhadores desprovidos de direitos foi fundamental para o próprio processo de industrialização que então estava em curso.

⁴ Beck (2013 *apud* Maciel) em *Schöne neue Arbeitswelt*, 2007, sugere estar ocorrendo uma ‘brasilização do Ocidente’. Ver Maciel, 2013..

controle desses “novos” trabalhadores, com escassos direitos ou deles totalmente desprovidos, ao tentar adequá-los através de empreendedorismos diversos.

Sob tais condições, vemos como no Brasil os dois movimentos assinalados por Gramsci tendem a se intensificar, o da coerção e o do convencimento. Aumenta a interferência cultural de intelectuais orgânicos das classes dominantes para educar e formar para a subalternidade essas massas agora desprovidas de “patrões” diretos (que até então cumpriam em parte esse papel “formativo”) e expropriadas de direitos coletivos, o que assegurava parcela da reprodução social dos trabalhadores. As conquistas – implantadas na Constituição de 1988 – que permitiam sua formação através de instituições públicas tornam-se alvo de ingerências crescentes de tais APHs. Na contraparte, exacerba-se a violência de todos os tipos, com modalidades de coerção derivadas diretamente das condições de manutenção da *reprodução* ampliada do capital – quer ela seja exercida de maneira pública (“judicialização” da política, criminalização crescente dos movimentos sociais, encarceramento massivo) ou privada. Cresce a violência exercida por instituições estatais e policiais, ou por arranjos paramilitares ou milicianos.

3. Qual o papel histórico dos APHs empresariais no Brasil? Desafios para a pesquisa

Como entender as transformações na sociedade civil e no Estado brasileiro? Há uma síntese histórica urgente a estabelecer, de maneira a sistematizar uma significativa quantidade de estudos sobre a sociedade civil empresarial, utilizando termos como associações empresariais, fundações e associações sem fins lucrativos (FASFIL), organizações não governamentais (ONGs), Terceiro Setor, organizações da sociedade civil (OSC), muitas vezes sem analisar suas vinculações com as classes sociais ou com o Estado. Ainda assim, esses estudos observam – com meios nem sempre refinados – elementos do processo histórico e sociológico.

Essas designações descritivas têm pouca serventia para compreender o fenômeno em toda a sua complexidade. Apenas a categoria de “aparelho de hegemonia” tem alcance suficiente para abrigar as diferentes modalidades organizativas, as tendências diversas que se abrigam no âmbito da sociedade civil, os conflitos que expressam e seu papel nas lutas de classes e na configuração do Estado capitalista. APHs são a expressão de lutas sociais, permeadas pelas condições e posições de classe, por tensões geradas entre sociabilidades diferentes⁵ e contrapostas. Os próprios APHs suscitam novas contradições, para além da

⁵ A noção de “habitus”, que atravessa a obra de Pierre Bourdieu, ajuda a compreender o processo de formação dessa espécie de segunda pele, inculcada através de processos educativos, formativos e profissionais.

inserção heterogênea no Estado. Todas as formas associativas – populares ou empresariais – nascem em terreno de lutas, intra e entre classes, e essa correlação é fundamental para identificar os fios que se entrelaçam no extenso novelo de APHs, que é profundamente desigual. Sociedade civil não é nem afastada do Estado, o que suporia seres angelicais e não contaminados nem pelo mercado nem pelo Estado nem, muito menos, apenas espaço de dominação, o que conduziria a compreendê-la como maneira maquiavélica. Sociedade civil é um dos principais espaços das lutas de classes no capitalismo contemporâneo (Fontes, 2018).

Embora essa seja a premissa, não dedicaremos aqui às entidades populares o espaço que merecem, o que permitiria compreender melhor a extensão do terreno de lutas de classes na expansão do capitalismo brasileiro. Sabemos que, do lado dos setores populares, houve intenso processo associativo ao longo dos séculos XX e XXI, porém esteve mais sujeito a flutuações derivadas da dificuldade de recursos e de repressões diversas. Praticamente todas as vezes que os setores populares conseguiram controlar direta ou indiretamente recursos coletivos, estes foram convertidos em fundos públicos. Muitos destes fundos públicos, que expressavam direitos sociais, foram posteriormente convertidos em capital, reduzindo-se os direitos a eles associados. Vale rapidamente lembrar os fundos mútuos e caixas de pensões geridos diretamente por trabalhadores transformados em Institutos de Aposentadorias e Pensões, com gestão tripartite; a constituição do FGTS como retirada de direitos e sua conversão em fundo de investimento; dos fundos de pensão de trabalhadores convertidos em coparticipação na propriedade empresarial; e, na atualidade, o avanço dos fundos privados e das previdências complementares na tentativa de açambarcar e converter em capital os recursos da Previdência pública.

A capacidade de mobilização popular foi sistematicamente refreada no Brasil em todo o século XX pela constante repressão realizada seja pelas forças policiais, militares ou paramilitares (desde jagunços a milícias urbanas), em suas iniciativas organizativas. A isso chamei de *ampliação seletiva* do Estado brasileiro, uma vez que as lutas na sociedade civil de cunho popular tiveram bloqueios poderosos à sua conversão em políticas públicas universais, além de permanentes obstáculos à sua incorporação no Estado restrito. Não obstante, essas lutas prosseguiram e produziram efeitos (em alguns casos mesmo sob ditaduras), quanto mais não fosse pela incorporação de parcela de suas reivindicações, condição para assegurar as condições gerais da reprodução social sob o capitalismo. Mas tais conquistas ou direitos tenderam a ser realizadas sob intenso controle das entidades empresariais ou patronais, que amputavam as condições de universalização de muitas delas, além de impedir a continuidade de muitas das entidades associativas populares. Nos períodos formalmente democráticos, aumentava o número de associações e organizações populares. No período formalmente democrático mais recente, no pós 1988, houve paralelamente um aumento expo-

nencial de APHs empresariais voltados para atuar diretamente em processos de sociabilidade popular, em temas de cultura, educação e ambiente.

Na sequência do texto, apresentarei algumas considerações de ordem geral e algumas hipóteses e/ou sugestões de pesquisa que espero possam contribuir para aprofundar os estudos sobre a *sociedade civil empresarial* no Brasil. Tais considerações estão dispostas na forma de “notas”, com breves e desiguais comentários, procurando não perder de vista suas estreitas conexões com o Estado.

(a) Longevidade e diversidade: Já é possível destacar a *longa duração* de muitas dessas entidades empresariais, a *diversidade* de seu escopo, assim como sua *superposição* ao longo dos séculos XX e XXI. As gerações anteriores de APHs empresariais foram ao mesmo tempo se renovando – novas entidades eram criadas – ao lado da manutenção de APHs longevos. Estes experimentavam ora deslocamentos, ora tinham seu papel reduzido, ora retomado com ímpeto. Como exemplos de entidades empresariais longevas, temos a Sociedade Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira ou os Centros Industriais e Comerciais estaduais. Seu escopo aglutina grandes domínios da atividade econômica.

Nos primórdios do século XX, interesses setoriais integravam diretamente o aparelho do Estado (café, açúcar, álcool, etc.), mas a partir da década de 1950, foram ultrapassadas pela expansão de APHs que agregavam interesses setoriais, por ramos de atividades, que podemos chamar de APHs corporativos. Estas entidades se expandiram sobremaneira a partir da década de 1960, com a disseminação de associações de setores cada vez mais específicos da economia.

Na década de 1960, desvela-se a atuação de APHs de cunho diretamente político, com enorme leque de atuação: comunicação, cultura, educação, formação política, economia, planejamento, dentre outras atividades, sendo o IPES-Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais o seu ápice, convertendo-se em verdadeiro “partido” estratégico, com recursos oriundos das diversas empresas e entidades empresariais, além de contar o apoio de militares, dos EUA e da própria Igreja Católica. Cumprido seu objetivo – o golpe de Estado – e passando a integrar diretamente o Estado, o IPES desaparece. Durante a ditadura, a repressão bloqueia a consolidação de movimentos sociais populares, mas tolera e estimula a multiplicação impressionante de APHs empresariais de defesa setorial.

O longo processo de transição para um regime constitucional traduziu-se por uma também longa preparação empresarial para o exercício de outras formas de dominação política. Além da consolidação de seus próprios interesses e de espaços de disputas entre o próprio empresariado, desde a década de 1980 começou a implantar-se uma nova geração de APHs empresariais de cunho filantrópico, cujo maior alcance e solidez foram atingidos a partir dos anos 1990. Ao lado da tradicional filantropia religiosa católica (cujos APHs ao longo do século XX contavam com substantiva participação empresarial), à qual se agregavam

novos formatos pela rápida disseminação do “neopentecostalismo”, inúmeros APHs empresariais se dedicariam a financiar iniciativas populares e a definir intervenções políticas apartidárias junto a setores populares, o que consideravam como complementação da atividade estatal, que seria ‘insuficiente’. Grandes fundações de empresas multinacionais davam o exemplo, como Ford, Kellogg, Rockefeller, seguidas pela Petrobrás, pelo Banco Itaú e outras fundações de empresas brasileiras, como a Fundação Roberto Marinho. O mais expressivo APH empresarial desse tipo é o Grupo de Institutos e Entidades Empresariais (GIFE), que reúne diversas entidades afins.

Além dessas várias gerações de APHs com escopos distintos, cresceram também novos APHs empresariais voltados para o convencimento universitário, sindical e popular, agindo como centros de seminários, e como balões de ensaio de políticas públicas voltadas para a privatização de variadas conquistas populares, tais como vouchers para educação, saúde e transporte, o que podemos exemplificar pelo Instituto Atlântico. Outros se dirigem à atuação cultural nos setores populares, junto a alguns movimentos sociais, favelas, sindicatos, etc. Muitos APHs se especializaram em formar lideranças empresariais, enquanto outros reagrupam empresas e outros APHs empresariais na definição de políticas públicas voltadas para benefício direto dos setores econômicos de origem, ou para redefinir o conjunto das políticas públicas, especialmente educação e saúde (como o Todos pela Educação ou o Instituto Coalização pela Saúde), além de APHs voltados para abocanhar contratos com a gestão privada de recursos públicos (Viva-Rio, ou Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina). As áreas onde concentram sua atuação são a saúde, educação, ambiente, segurança pública e juventude.

Paralelamente cresciam também outros APHs empresariais, voltados para elaborar políticas públicas e disseminar em diferentes âmbitos estudos e pesquisas que pretendiam ir além daquelas formuladas através dos embates eleitorais e políticos convencionais, além de interferir na produção de conhecimento científico. Estes se autodenominam *think tanks*, mas derivam diretamente das práticas empresariais anteriores, tais como o Fórum Nacional (depois transformado em Instituto de Altos Estudos), Instituto de Estudos e Política Econômica (IEPE), Insper, Fundação Dom Cabral, Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento Industrial (IEDI); Instituto Millenium (Imil), etc.

Essa é apenas uma amostragem da variedade desses APHs empresariais. Também é importante estabelecer as diferentes linhagens de seus sustentadores, pois alguns são constituídos por grupos de proprietários, outros por grupos de empresas, outros ainda reúnem proprietários, empresas e até mesmo outros APHs.

(b) Aprendizagem e subordinação: Muitos mantêm estreita proximidade com entidades empresariais congêneres estrangeiras, especialmente as estadu-

nidenses que aqui se implantaram ao longo do tempo e coordenaram conjuntamente parcela da associatividade empresarial brasileira, como a Fundação Rockefeller, no Brasil desde 1916 e, especialmente, a AMCHAM-Brasil (Câmara Americana de Comércio), criada aqui em 1919. Esta teve atuação “discreta” no apoio e financiamento do golpe de 1964 (Bortone, 2018), e expandiu sua rede no país a partir de 1998 (Martins, 2009), tendo na atualidade 14 filiais⁶. A Ford Foundation foi implantada no Brasil pouco antes do golpe de 1964, entre 1961 e 1962, e teve papel relevante na preparação de intelectuais, que deveriam deslocar-se do anticapitalismo para uma adequação profissional ao capital. Esse é o caso, conhecido, do seu apoio à criação do IUPERJ e do CEBRAP. Na atualidade, praticamente todos os grandes APHs empresariais brasileiros envolvem empresas e/ou Fundações estrangeiras, com grande diversidade de origem nacional, mantendo-se o predomínio das estadunidenses. Também se expandiu a implantação no Brasil de Fundações e Institutos empresariais sem fins lucrativos ligados diretamente às grandes empresas estrangeiras.

(c) Partidos políticos e APHs: A correlação entre os aparelhos privados de hegemonia empresariais e os partidos políticos oficiais é muito pouco explorada⁷. Essa correlação variou no Brasil segundo os períodos históricos. Como hipótese inicial de pesquisa, os partidos políticos oficiais mais relevantes das classes dominantes se constituíram no pós-1945 *a partir do aparelho direto de Estado*, o que pode significar uma coligação prévia entre APHs empresariais e instituições públicas⁸. Após o golpe empresarial-militar de 1964, os partidos foram ainda mais *estatizados* ou *parlamentarizados*, isto é, derivaram de imposição estatal, configurados pelos parlamentares remanescentes que não foram cassados, e pouco agregaram os movimentos populares. Durante a ditadura, todos os partidos oficiais mantiveram-se, entretanto muito próximos aos APHs empresariais, especialmente as entidades setoriais (que cresceram e se diversificaram) e os que integravam a estrutura sindical, já consolidados, tais como Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), FIESP etc.

Desde o período de transição da ditadura se intensificou a elaboração e implementação de projetos políticos de grande escopo através de alguns APHs,

⁶ Ver: <<https://www.amcham.com.br/o-que-somos/historia>>, sem data. Acesso 19/10/2018.

⁷ Como é sabido, mas nem sempre devidamente ressaltado, a política não se limita ao ambiente parlamentar e aos partidos oficialmente registrados, ainda que estes tenham peso significativo para a compreensão das lutas sociais. Algumas entidades e associações, em muitos casos, agem como os verdadeiros partidos de uma certa classe social (embora não oficiais), como foi o caso do IPES-IBAD na preparação e na sequência institucional do golpe empresarial-militar de 1964.

⁸ Várias pesquisas de Mendonça demonstram a intimidade entre APHs empresariais e o Estado, mas vale indicar especialmente duas, que se ocupam do início do século XX, Mendonça (1997; 1998).

inclusive de origem internacional, como os Institutos Liberais. Enfrentavam no campo da sociabilidade mais direta a intensificação de movimentos sociais populares e estabeleciam agendas e pautas para os parlamentares. Por seu turno, a dispersão dos parlamentares em partidos diversos (intensa troca de partidos) e uma grande indistinção entre os partidos (vale lembrar que nenhum deles se autoproclamava de direita) os limitavam a assegurar maiorias eventuais para a aprovação de projetos, em grande parte respondendo a exigências empresariais difusas. Embora os partidos oficiais tivessem papel relevante no processo legislativo e executivo, dependiam, nas questões nacionais, de maneira muito direta das entidades empresariais com ou sem fins lucrativos, que extrapolavam as legendas partidárias e estabeleciam pautas legislativas, além da atuação nos executivos pelo controle dos diversos ministérios e postos estratégicos, seja através de cargos, seja pela presença e controle quase direto da atuação pública através de seus “técnicos” implantados no aparelho de Estado.

Essa característica expressa baixa organicidade dos partidos frente às massas populares, mas resulta em grande concorrência nos momentos eleitorais. Mantém-se a separação entre o voto e a organização das bases populares, o que gera permanente flutuação eleitoral. Os discursos são similares, mas embasam práticas muito diversas, enquanto as bases sociais efetivas de cada partido tende a ser escamoteada.

O período após a ditadura manteve essa prática de proximidade entre APHs empresariais e diferentes partidos. A reconfiguração partidária conservou forte lastro com o período anterior, com sucessivas metamorfoses do PMDB e com várias siglas expressando tendências internas da antiga ARENA. O PSDB teve nascedouro parlamentar, agrupando parcela do anterior MDB e não estava ancorado em bases populares. Expressando na década de 1990 interesses do capital monetário (o “partido dos banqueiros”⁹), procurava integrar em suas pautas o volume crescente de demandas de APHs empresariais de diversos tipos, inclusive aqueles voltados para a sociabilidade popular, tendo se coligado em sua primeira experiência eleitoral de maior porte com o partido diretamente herdeiro da ditadura (PFL, hoje DEM).

Do ponto de vista da oposição, os partidos oficiais mais relevantes foram o PDT de Leonel Brizola, que buscava recuperar o papel do antigo PTB, uma vez que a sigla foi atribuída a setores mais próximos da ditadura. Não resultava mais de uma direção estatizada, mas conservava a perspectiva da centralização de cúpula integrando direções governamentais e cargos parlamentares, o que lhe permitiria tanto ser oposição *interna*, *sem alterar o quadro geral do capitalismo*,

⁹ Ver a cuidadosa pesquisa de Guiot (2006).

quanto eventualmente alçar-se a posições mais contestadoras. Os dois partidos autodenominados comunistas (PCB e PCdoB), bastante golpeados na ditadura, levariam algum tempo a redesenharem seus perfis – o primeiro, também golpeado por lutas internas, apenas no século XXI conseguiria se recompor; enquanto o segundo se direcionou para um viés governista-parlamentar, aderindo ao PT em seus governos.

O nascimento do Partido dos Trabalhadores anunciava outra configuração, com a possibilidade da intensificação das organizações populares e a exigência da *desprivatização* da ocupação dos cargos institucionais. Na primeira década de sua existência, o PT oscilava entre a defesa do socialismo e a construção de uma ‘democracia radical’, e aprofundou suas articulações com diversos movimentos sociais – sindicais, sem terra, feminismo, antiracismo – o que permitia supor que a estreiteza seletiva do Estado brasileiro frente às reivindicações populares poderia se alterar.

Por diversas razões, o PT se integraria à forma mais tradicional do funcionamento partidário¹⁰, aumentando a concorrência interna para os processos eleitorais e para o uso capitalista dos recursos públicos. A modalidade imperante, no pós-1988, que costuma ser designada como “presidencialismo de coalizão”, envolvia a disseminação de partidos, centralizados no parlamento através da formação de bancadas interpartidárias fortemente apoiadas por conjuntos de APHs empresariais.

Ao invés de fortalecer a relação do partido com as bases populares organizadas, o que geraria tensões crescentes para a dominação de classes, o PT procurou integrar-se e adaptar-se à forma peculiar pela qual a política partidária ocorria. Manteve-se a relação direta empresarial, expressa por constante atravessamento de APHs empresariais na ocupação de instâncias e estabelecimento de decisões públicas. Isso ficou explícito na constituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que invertia o processo eleitoral e dava maioria aos setores empresariais na discussão e definição das políticas públicas. A participação direta do empresariado (e de seus APHs) nos diversos governos do PT conviveu, entretanto, com novas reivindicações e exigências – inclusive com o aumento das contradições nos espaços técnicos, em temas como saúde, educação e ambiente – em inúmeros cargos de governo.

Mesmo limitando-se a procurar uma atuação “como os outros partidos”, a presença do PT aumentava a concorrência efetiva entre os maiores partidos, e os processos eleitorais ficavam mais caros. Seu financiamento era, sobretudo empresarial. Ao deslocar-se para o terreno de seus oponentes, o PT distanciava-se

¹⁰ Ver Coelho (2013) e Iasi (2006)., E. *Uma esquerda para o capital*. São Paulo, Xamã, 2013 e Iasi, M. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

das formas organizativas que lhes deram origem, enquanto o terreno da associatividade popular foi constantemente minado por um “hiperativismo empresarial” no âmbito da sociedade civil e pela institucionalização empresarial que lograram implementar, curto-circuitando os espaços políticos e eleitorais (Fontes, 2017).

Em suma, por quais canais ocorriam as relações entre as entidades associativas e os partidos políticos oficiais? Sobretudo a partir dos anos 1990, praticamente todos os partidos implantaram Fundações e Institutos sem fins lucrativos próprios, facilitados pela legislação eleitoral. Que papéis cumpriram tais fundações no estabelecimento de relações privilegiadas com APHs empresariais das mais diversas ordens e na captação e recursos?

(d) Periodização e lutas sociais: Há uma necessidade urgente de estabelecer uma *quantificação* e uma *qualificação* ampla para a atuação dos APHs empresariais na história brasileira, o que permitirá definir uma periodização consistente. Há inúmeros estudos e pesquisas direcionados para alguns desses aparelhos, ou para alguns setores, principalmente para as burguesias agrárias, na linhagem inaugurada por Sonia Regina de Mendonça (cujas pesquisas cobrem mais de um século de história) para o setor bancário, realizada por Ary Minela (com menor abrangência temporal), ou para o setor da construção civil (Pedro Henrique Pedreira Campos). Para períodos mais recentes, há muitas pesquisas sérias em torno da atividade de APHs empresariais na educação, na saúde e em temas ligados ao meio ambiente.

Para as últimas décadas, vale conferir o trabalho de Flavio Casimiro (2016), especialmente sobre o período histórico posterior a 1985 que, na sequência de René Dreifuss, organiza um quadro do papel estratégico e tático cumprido por alguns desses APHs empresariais. Em outra direção, analisando a incorporação da sociedade civil empresarial no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, implementado a partir dos governos Lula da Silva, o trabalho de André Guiot demonstra como, apesar de “sem fins lucrativos”, a maioria das entidades presentes no CDES sequer se apresentavam como filantrópicas, e sim diretamente como expressão de interesses econômicos do grande capital.

A multiplicação recente de APHs empresariais, superpondo-se aos seus congêneres anteriores, expressa a complexificação da sociedade brasileira, a expansão do capitalismo e os elos tecidos entre burguesias locais e estrangeiras. Trata-se de expressões das lutas de classes, e as entidades populares nascidas desde as lutas contra a ditadura empresarial-militar enfrentariam intenso assédio. Qualquer periodização consistente precisa observar os elos entre a expansão da sociedade civil como arena de lutas sociais e seu crescente empresariamento. Parcela dos APHs criados, sobretudo na década de 1990 foram dedicados à intervenção nas reivindicações populares, de maneira a canalizá-las ou esterilizá-las.

Estes seriam os APHs de jaez “filantrópico”, ou “democráticos”, e são constituídos por enorme número de entidades¹¹.

Assistimos às tensões para a consolidação dos elos internos entre setores do capital, formando lideranças (políticas e/ou empresariais), estabelecendo-se como “ação doutrinária”, enquanto outra parcela voltou-se resolutamente para a conexão direta com o Estado, em persistentes iniciativas de definição da própria institucionalidade.

Os desdobramentos no século XXI foram ainda mais acelerados. Saltamos de números em torno de 200 mil FASFIL (Fundações e Associações sem Fins Lucrativos) em 2005 para 820 mil OSC em 2018 (Lopez, 2018) e, mais recentemente, oferecem bolsas e subsídios para cursos no Brasil e no exterior, para formar quadros para os partidos políticos.

As tensões existentes entre esses APHS empresariais podem ser muito ilustrativas, mas não prefiguram nenhuma abertura para espaços de ampliação de direitos ou para uma efetiva democratização nem da vida social, nem do Estado. Há lutas pelo controle da mídia, visíveis na atuação da *grande mídia proprietária*, em seu *viés laico* – as Organizações Globo e a expansão da Fundação Roberto Marinho – e o crescimento da comunicação com *viés religioso*, através das diversas redes de templos, de TVs e jornais. Embora Igreja e sociedade civil empresarial cumpram papéis sociais diferentes, ambas são APHS e defendem interesses econômicos. Ambas atuam diretamente sobre reivindicações populares, ambas defendem rigorosamente a expansão das relações sociais capitalistas, mas disputam acridamente detalhes nas formas de sociabilidade e de cultura. Ambas ultrapassam as limitações legais e unem-se para derrotar qualquer iniciativa de controle legal de suas atribuições.

Também há contradições aparentes, como a suposição de que o Movimento Todos pela Educação e o seu mais recente desdobramento, Todos pela Base, acoplados a uma gigantesca malha de outras entidades ‘sem fins lucrativos’, se destinariam à defesa da educação pública. Constituídos por empresas e por outros APHS empresariais, atacam as conquistas populares da educação pública, laica, universal e de qualidade socialmente referenciada, abrindo espaço não apenas para a venda de sistemas de ensino e de diversos materiais didáticos, mas para a disseminação de uma concepção gerencial da educação. De forma similar, o Instituto Coalizão pela Saúde está longe de defender uma política universal de

¹¹ Não ocorreram manifestações substantivas de tais entidades “democráticas” frente aos riscos fascistas e com viés de extermínio representados pelo candidato Jair Bolsonaro, inclusive quando ele ameaçou todos os “ativismos”. Escassos APHS empresariais assinaram nota coletiva contra a declaração do candidato (ver <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/opiniao/abrasco-assina-nota-de-repudio-declaracao-de-bolsonaro-sobre-fim-do-ativismo-no-brasil/37654/>>, 16/10/2018, acesso na mesma data. Dentre os que integraram a nota coletiva, vale assinalar o Instituto Alana e o Instituto Ethos.

saúde (SUS), ao agrupar empresas e APHs brasileiros e estrangeiros, inclusive uma escola voltada para a formação de gestores e executivos empresariais.

(e) Não lucrativos, mas engordativos: todas essas entidades empresariais sem fins lucrativos, ou todos esses APHs gozam de isenções e imunidades fiscais. Iniciativas de interesse direto empresarial que poderiam ser onerosas para seus instituidores tornam-se bem mais palatáveis quando contam com recursos públicos para sua implementação. Assim, empresas podem remunerar de maneira elevada seus empreendedores sociais, formar quadros para dirigir setores populares enquanto atendem aos segmentos mais ricos da população, ao utilizar recursos públicos para seu funcionamento, como grandes hospitais (como a Sociedade Beneficente Albert Einstein ou Hospital Sírio-Libanês), universidades confessionais, unidades de formação empresariais, como o Insper, a Fundação Dom Cabral, a Sobeet, além das universidades corporativas. Há poucos estudos sobre o montante de recursos públicos destinados aos APHs empresariais, uma vez que tais recursos podem ter proveniência diversa, com isenções federais, estaduais e municipais. Mas, além disso, novos recursos públicos podem resultar de acordos, contratos, convênios, etc, através dos quais as empresas lucrativas que dirigem tais APHs podem beneficiar-se – lucrativamente – das iniciativas levadas a efeito por seus APHs não lucrativos.

Para dar uma ideia das isenções tributárias envolvidas para o conjunto de APHs apenas em nível federal, transcrevo abaixo quadro publicado pelo jornal Valor Econômico, apontando desonerações (caso dos APHs) e outros benefícios financeiros realizados pela União.

Evolução dos gastos tributários da União – principais itens, em R\$ bilhões (em valores constantes de 2017)

	2007	2009	2011	2013	2014	2015	2017
Simples Nacional	32,7	49,8	59,7	80,9	83,0	77,9	75,6
Zona Franca de Manaus	13,6	21,6	27,7	30,8	29,7	26,1	21,6
Rend Isentos e Não tributáveis-IRPF	7,6	18,4	20,5	23,2	24,7	26,8	28,0
Cesta básica	12,9	16,0	16,8	24,1	24,1	24,4	23,8
Entidades sem fins lucrativos – isentas/ imunes	18,5	19,5	21,3	23,9	25,4	21,9	21,2
Deduções do rendimento tributável IFPF	5,9	15,0	15,5	16,8	17,4	17,3	17,5
Desoneração da folha	---	---	---	16,0	27,1	28,4	13,3
TOTAL	91,2	140,3	161,5	215,7	231,4	222,8	201,0

Fonte: Orçamento de subsídios da União, 2ª ed., Minifaz, apud Valor, p. A12.

(f) Expropriações: Os APHs constituem-se ainda na porta de entrada dos processos de expropriação de direitos universais, especialmente na saúde e na educação, através da realização de parcerias público-privadas. APHs empresariais

não coligam apenas empresas, mas uma malha de outros APHs, assegurando remuneração de pessoal em diversas áreas e aliviando as folhas salariais das empresas. Há inúmeras pequenas entidades, ora microempresas, ora outros APHs menores constituídos por profissionais (e não de empresários), que dependem da estreita conexão com o guarda-chuva dos grandes APHs empresariais. A atuação empresarial nos APHs com teor diretamente apassivador (que se apresentam como “democráticos”) contribuiu diretamente para o rebaixamento do valor da força de trabalho, pois, na prática, introduziu em grande escala o trabalho sem direitos (por tarefa ou “voluntariado”). Mantendo essa prática, vem se constituindo também em pesquisa de nichos de produção de valor, inicialmente explorada através de entidades sem fins lucrativos, reconvertidas em empresas caso se revelem especialmente lucrativas. Há intenso processo de formação de fundos para “atividades sociais”, ou de “impacto” cujas características ainda são pouco conhecidas.

(g) A opacidade: A documentação pública oficial raramente dá conta dessas múltiplas interseções entre Estado e APHS, enquanto a documentação dos APHs não é aberta e pública, salvo relatórios pouco precisos e, eventualmente, suas próprias publicações (revistas, boletins, etc.). Embora os sites de muitos APHs tragam diversas informações, elas estão cuidadosamente preparadas para a exposição pública e não costumam apresentar os debates internos.

Como se observa de tais notas preliminares, não há capitalismo filantrópico. Mas há muito a pesquisar nesse terreno ainda bastante obscuro. Para concluir, vale lembrar que as classes sociais se constituíram historicamente ao longo da expansão do capitalismo, portanto com heranças e tradições diversas, além de serem formadas desigualmente, porém atravessadas pela conexão com os processos históricos imperialistas. Estão atadas por um elo fundamental, o da extração de mais-valor, cuja dinâmica é expansiva. Disso decorre simultaneamente o aumento numérico das classes dominadas (trabalhadores), através de expropriações diversas, e constantes reconfigurações do conjunto das classes dominantes. Estas não se limitam a agir através de suas empresas, que mantêm papel fundamental no despotismo de fábrica (empresarial) e na acumulação. Também as classes trabalhadoras não estão circunscritas ao sindicalismo oficial. As classes dominantes não se limitam ao cada vez menor círculo de grandes proprietários de capital, e incorporam uma plêiade de capitalistas secundários, proprietários ou não dos meios de produção, inclusive gestores dirigentes de APHs empresariais. As tensões internas são mais extensas do que as divisões funcionais do capital (função dinheiro-capital; função produtiva, ou extração de valor; função mercantil), resultando também do embate entre escalas da concentração da propriedade; e das fricções entre capitalistas funcionantes e demais capitalistas.

Analisar as características da dominação envolve abarcar desde a forma predominante, em cada período, da propriedade do capital, passando pelas empresas e pelas formas associativas patronais e empresariais.

Em todos os casos, a expansão de APHs expressa e resulta do aumento de lutas sociais. Mas não significa que redundem numa ampliação da participação popular organizada no âmbito do Estado. Tudo parece indicar, além disso, haver novas modalidades de extração de mais-valor integrando as atividades protagonizadas por APHs empresariais.

Referências

- BORTONE, Elaine de A. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de doutoramento em História Social, UFRJ, 2018.
- CASIMIRO, Flavio H. C. *A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014)*. Tese de doutoramento, História, UFF, 2016.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. São Paulo, Xamã, 2013
- DEPECKER, Thomas; DÉPLAUDE, Marc-Olivier; LARCHET, Nicolas. “La philanthropie comme investissement”. *Politix*, n. 121, 2018. Disponível in: <<https://www.cairn.info/revue-politix-2018-1-page-9.htm>>.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1987.
- FONTES, Virgínia. “Gramsci, Estado e sociedade civil: anjos, demônios ou lutas de classes?”, *Revista Outubro*, n. 31, 2º sem. 2018.
- _____. “Hegemonismo e política: que democracia?” In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017
- GUIOT, André. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado, História, UFF, 2006.
- _____. *Dominação burguesa no Brasil: Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. Tese de doutorado em História, UFF, 2015.
- HARTNELL, Caroline; MILNER, Andrew. *Filantropia no Brasil: síntese do relatório*, maio de 2018. (disponível em: <<http://www.casa.org.br/pt/2018/05/30/lancamento-relatorio-filantropia-no-brasil/>>, acesso 15/10/2018)
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- KOCH, Ken. *The new corporate philanthropy: how society and business can profit*. Nova York: Plenum Press

- JOHANPETER, Beatriz Gerdau. Introdução. in: DEGENSZAJN, A., ROLNIK, I., VELASCO, A. (Coord) e GOLDEMBERG, D. (Pesquisa e redação) C. *Retratos do investimento social familiar no Brasil*. – São Paulo: GIFE, 2015. p. 5.
- LOPEZ, Feliz Garcia. *Perfil das Organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: IPEA, 2018.
- MACIEL, Fabricio Barbosa. “Ulrich Becke a crítica ao nacionalismo metodológico”, *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 12, n. 25, set/dez 2013.
- MARTINS, A. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.
- MEDEIROS, João Leonardo. *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói, Eduff, 2013.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997
- _____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1981.

Recebido em 13 de janeiro de 2020

Aprovado em 17 de abril de 2020